

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.693.403 - PB  
(2017/0208733-5)**

EMBARGANTE : MARIA JOSE MARTINIANO DE AMORIM  
REPR. POR : DAYANA KERLLY MARTINIANO DE AMORIM  
SUASSUNA - CURADOR  
ADVOGADO : ROBERTO PESSOA PEIXOTO DE VASCONCELLOS -  
PB012378  
EMBARGADO : DJAIR NÓBREGA - ESPÓLIO  
REPR. POR : DINA EULALIA DE AZEVEDO NOBREGA -  
INVENTARIANTE  
ADVOGADOS : RICARDO JOSÉ PORTO - PB016725  
SYLVIO PÉLICO PORTO NETO - PB016565  
MARIA LUIZA PORTO - PB022975

**DECISÃO**

Originalmente, trata-se de ação de indenização moral e material ajuizada por Maria Jose Martiniano de Amorim em desfavor de Espólio de Djair Nóbrega e Dina Eulália Nóbrega, alegando, em síntese, que adquiriu um imóvel do réu e, a despeito do regular pagamento do valor acordado, a propriedade do bem foi para terceiro, que o adquiriu por meio de ação trabalhista.

Opõe a autora embargos de divergência contra acórdão da Quarta Turma, de relatoria do Ministro Raul Araújo, assim ementado (fls. 542-546):

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TRIBUNAL A QUO ENTENDEU QUE A INCAPACIDADE DA PARTE OCORREU APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O eg. Tribunal estadual, à luz das provas carreadas no autos, mormente o laudo pericial, assentou que a parte agravante tornou-se incapaz após o transcurso do prazo prescricional da pretensão indenizatória relativa à compra e venda de terreno registrado em nome de terceiro. A pretensão de alterar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável nesta via recursal, consoante preconiza a Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7/STJ também é óbice para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

Os embargos de declaração opostos pela autora contra o acórdão

(fls. 563-567) foram rejeitados pelo órgão fracionário (fls. 583-587). Segue a ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DA PARTE EM OBTER EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC/2015, art. 1.022). É inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Embargos de declaração rejeitados.

Alega a embargante que o acórdão embargado diverge da orientação adotada pela Primeira Turma, no julgamento do AgInt no AREsp n. 675.784/RJ, segundo a qual não há necessidade de existir uma sentença de interdição para o reconhecimento da incapacidade civil, pois a sentença de interdição é meramente declaratória. Cita como exemplos que seguiram essa orientação os AgInt no AREsp 675784, REsp 1729615, REsp 1429309, AgInt no REsp 1610221, AgInt nos EDcl no REsp 1171108, AgInt no AREsp 850129 e AgRg no AREsp 554707.

Por isso, defende a embargante que “a discussão aqui travada é puramente jurídica, e não poderá prevalecer o entendimento de que a autora recorrente tenta revolver fatos e provas, esbarrando na sumula 7 do STJ” (fl. 597).

É o relatório. Decido.

Trata-se de embargos de divergência opostos por Maria José Martiniano de Amorim contra acórdão prolatado pela Quarta Turma desta Corte Superior que negou provimento ao seu agravo interno.

Verifica-se que o acórdão embargado manteve a decisão monocrática negando provimento ao recurso especial sob o fundamento de não ser possível analisar a ofensa aos arts. 198, I, e 1.773 do CC/2002, e ao art. 1.184 do CPC/73, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ.

Dessa forma, o acórdão embargado não enfrentou o mérito da controvérsia suscitada no recurso especial, esbarrando a discussão na preliminar de admissibilidade recursal. No presente caso, incide a Súmula n. 315 do Superior Tribunal de Justiça, com a seguinte redação: "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial".

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL NÃO APRECIADO. SÚMULA 315 DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA ESTRANHA AO DISSÍDIO APONTADO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, os embargos de divergência têm por finalidade precípua dirimir dissídio decorrente da interpretação da legislação federal existente entre julgados proferidos nesta Corte Superior, não servindo para nova discussão acerca da utilização ou não de regra técnica de admissibilidade ou conhecimento do recurso especial, ocorrida no caso concreto e devidamente cancelada pelo respectivo órgão fracionário.

2. No caso posto, o acórdão embargado negou provimento ao agravo regimental interposto contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, com fundamento na Súmula n. 182 do STJ.

3. Tal realidade obsta o conhecimento do presente recurso uniformizador, visto que não se admite a interposição de embargos de divergência quando não tiver sido apreciado o mérito do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 315 do Superior Tribunal de Justiça.

4. De outro vértice, não aproveita ao agravante a alegação de se tratar de matéria de ordem pública, porquanto nessas hipóteses também se faz necessária que a questão tenha sido apreciada pelo órgão fracionário e seja objeto do dissídio apontado, para só então viabilizar seu enfrentamento pela via estreita dos embargos de divergência.

5. "Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, os embargos de divergência têm como finalidade precípua a uniformização de teses jurídicas divergentes em relação à matéria de fundo, de modo que, ante a natureza vinculada de sua fundamentação, é vedado analisar qualquer outra questão que não tenha sido objeto de dissídio entre os acórdãos em cotejo, ainda que se trate de matéria de ordem pública, o que impede, no caso, o exame de questão suscitada somente em terceiro embargos de declaração nos embargos de divergência." (EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl nos EREsp 1474086/AL, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/2019, DJe 29/04/2019) 6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EAREsp 1217230/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, julgado em 28/08/2019, DJe 09/09/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO TIDO POR INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 315 DO STJ. EMBARGOS LIMINARMENTE INDEFERIDOS. DECISÃO MANTIDA EM SEUS PRÓPRIOS TERMOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Hipótese em que o acórdão embargado negou provimento ao agravo interno, ratificando a decisão do Relator que não conheceu do agravo em recurso especial, porquanto tido por intempestivo. Ou seja, não se ultrapassou o juízo de admissibilidade, razão pela qual o presente recurso é manifestamente incabível. Incidência da Súmula n.º 315/STJ: "Não cabem

embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial". Esse entendimento, aliás, está positivado no art. 1.043, inciso III, do CPC/2015.

2. Cabe ao relator indeferir liminarmente embargos de divergência quando inadmissíveis, como no caso. Inteligência do art. 932 do CPC; arts. 34, inciso XVIII, alínea a, e 266-C, ambos do RISTJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EAREsp 1079571/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. NÃO APRECIÇÃO DO MÉRITO DO APELO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 315 DA SÚMULA DESTA CORTE. DISCUSSÃO SOBRE REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não têm cabimento os embargos de divergência quando o acórdão embargado não julga o mérito do recurso especial. Incidência da Súmula n. 315/STJ.

2. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que os embargos de divergência não se prestam a discutir o erro ou o acerto do decisor quanto à incidência ou não de regra técnica de admissibilidade de recurso especial.

3. Não se verifica, no caso, abuso no direito de recorrer a autorizar a imposição de multa.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDv nos EAREsp 1080007/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, julgado em 13/08/2019, DJe 16/08/2019)

Importante destacar que, na sua versão original, o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 1.043, II, previa a possibilidade de interposição de embargos de divergência em se tratando de arestos relativos ao juízo de admissibilidade. Ocorre que tal dispositivo foi revogado quando da edição da Lei n. 13.256/2016, ratificando o entendimento já prestigiado por esta Corte de Justiça, que assim se manifestou a respeito do assunto:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO CABIMENTO PARA ANÁLISE DE REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. ENTENDIMENTO MANTIDO COM A REVOGAÇÃO DO ART. 1.043, II, DO CPC/2015 PELA LEI N. 13.256/2016. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. 1. É vedada a utilização dos embargos de divergência para refutar a aplicação de regra técnica de admissibilidade do recurso especial, também após a vigência do CPC/2015, tendo em vista que o inciso II do seu art. 1.043, que previa essa possibilidade, foi revogado pela Lei n. 13.256/2016. 2. Agravo interno que se mostra manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao

# Superior Tribunal de Justiça

depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei. 3. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt nos EREsp 1473968/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/08/2016, DJe 30/08/2016)

Na verdade, os embargos de divergência têm por finalidade uniformizar a jurisprudência do próprio Superior Tribunal de Justiça, quando se verificarem idênticas situações fáticas nos julgados, mas se tenha dado diferente interpretação na legislação aplicável ao caso. Não se prestam para avaliar possível justiça ou injustiça do *decisum* ou corrigir regra técnica de conhecimento e, muito menos, confrontar tese de admissibilidade com tese de mérito.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.044 do CPC e no art. 266-C do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Uma vez observadas as balizas estabelecidas pela Corte Especial no julgamento do AgInt no EAREsp n. 762.075/MT, em 18 de dezembro de 2018, cabível a majoração dos honorários advocatícios antes fixados, razão por que os majoro em dois pontos percentuais (2%).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator